

CORREIO POLÍTICO

Joédson Alves/Agência Brasil



O que havia de verdadeiro na carteira do BRB?

Consignados falsos: muito a explicar

A reportagem de Beatriz Matos, publicada na edição de segunda-feira (2) do Correio da Manhã começa a puxar um grave fio no novelo da crise que ficou conhecida como caso Master. Mas que é muito maior que somente as eventuais irregularidades cometidas pelo Banco Master. Impressiona o grau de envolvimento de autoridades em todos os níveis. Como foi possível que Augusto Lima forjasse empréstimos consignados de servidores públicos, como os professores da rede estadual da Bahia sem que ninguém percebesse? Onde estavam os mecanismos de controle: Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho de Controle da Atividade Financeira (Coaf), Banco Central?

É a ponta do “risco sistêmico”

É a ponta daquilo que ainda no ano passado o cientista político André Cesar classificava como “risco sistêmico” quando o Tribunal de Contas da União (TCU) ameaçou desfazer a liquidação do Banco Master a partir da inspeção determinada pelo ministro Jhonatan de Jesus. O Banco Central preservou sua autoridade, mas o fato é que tudo o que aparece segue mostrando graves problemas nos atuais mecanismos de fiscalização.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Onde estava o Banco Central e o controle?

Problemas começam desde a origem

“O sistema está totalmente perdido”, conclui André Cesar. Há coisas que precisam ser explicadas desde a origem. O CredCesta, de onde saíram os consignados falsos que engordaram a carteira vendida por R\$ 12,4 bilhões ao Banco de Brasília (BRB), origina-se na Bahia como Empresa Brasileira de Alimentos (Ebal). Privatizada, é comprada por Augusto Lima. Que turbina o sistema de consignados e o leva para o Master quando se torna sócio de Daniel Vorcaro. A reportagem de Beatriz Matos já mostra que parte, pelo menos, deles era falsa.

Como fazer os empréstimos falsos?

A partir da história dos professores baianos e do PM do Distrito Federal, vê-se que foram registrados nas contas deles empréstimos que eles não fizeram. Os servidores não pegaram dinheiro nem pagavam parcelas por ele. Tudo só existia contabilmente. Os servidores nada sabiam. Mas quem, afinal, sabia? Quem tinha o controle sobre os seus cadastros? Quem os repassou?

POR
RUDOLFO LAGO

Cadastrados

Um servidor público que já foi diretor de Recursos Humanos explicou ao Correio Político que pode haver uma chance de a Secretaria de Educação da Bahia ou a PM do DF não estarem diretamente envolvidos na falcatrua. Quando se faz convênio com uma instituição financeira, ela fica com acesso ao cadastro.

Informa depois

Segundo esse servidor, o banco fecha com o interessado o consignado e somente, então, quando o interessado fecha o pedido de empréstimo, é que o órgão ao qual ele é vinculado é informado para fazer o desconto da parcela a cada mês do seu salário. Se não havia o desconto no salário, é possível o desconhecimento.

Rede

De qualquer modo, há uma rede que não pode ser ignorada. Desde a compra da Ebal por Augusto Lima, passando pela indicação do ex-ministro do STF e da Justiça Ricardo Lewandowski para prestar serviços ao Master feita pelo senador Jaques Wagner (PT-BA). Nenhuma acusação nisso, mas algo a ser apurado.

Controle

De qualquer modo, há a partir daí uma sucessão de mecanismos de controle que falharam. Como mostra a reportagem de Beatriz, os servidores perceberam o esquema porque os registros dos empréstimos apareciam no Banco Central. Quando questionado, o Banco Central confirmou a existência do falso empréstimo.

E então?

Não houve, então, desconfiança? Antes da negociação com o BRB, o Master tentou ser comprado pela Caixa. Não conseguiu porque dirigentes se opuseram. Então, fechou com o BRB. É muito possível que o esquema dos consignados falsos só tenha sido descoberto porque a operação demorou mais tempo.

O que percebeu?

O que perceberam os diretores da Caixa que se opuseram à venda? O que não percebeu – ou não quis perceber – o BRB? Como falsos empréstimos podem ter virado falsos créditos que engordaram a carteira vendida ao BRB? O que havia de verdadeiro de fato nessa carteira? Qual é o tamanho desse esquema?



Lula e outras autoridades participaram da abertura no STF

Cármén Lúcia relatará código de ética do STF

Em sessão, autoridades defendem diálogo institucional

Por Gabriela Gallo

Nesta segunda-feira (2) os poderes Judiciário e Legislativo retornaram suas atividades após o recesso. Nesta quinta-feira (4), o plenário físico do Supremo Tribunal Federal (STF) começo os primeiros julgamentos do ano. Na sessão de abertura dos trabalhos do Judiciário, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, confirmou que a ministra Cármén Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), será a relatora do projeto que determina a criação de um código de ética voltado para os membros da Suprema Corte, uma das prioridades da gestão de Fachin.

“Agradeço a iminente ministra Cármén Lúcia por ter aceitado a relatoria da proposta de um código de ética, compromisso de minha gestão, para o Supremo Tribunal Federal. Vamos caminhar juntos na construção do consenso no âmbito desse colegiado”, destacou Fachin.

“O Brasil tem um encontro marcado com sua melhoria institucional. Temos um sistema representativo que precisa recuperar sua capacidade de processar as demandas da sociedade”, completou o presidente da Suprema Corte.

O código de ética proposto por Edson Fachin visa prevenir conflitos de interesse, consolidar normas de conduta, ampliar a transparência e construir consenso no colegiado.

Em entrevistas para a imprensa, o magistrado manifestou, por exemplo, a importância de transparência sobre palestras ministradas por ministros, além de informações sobre convites, patrocinadores e um eventual pagamento da palestra. A proposta é que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atue como norte para o aperfeiçoamento ético e de transparência do Judiciário, tal como para iniciativas de fiscalização e responsabilização dentro do ordenamento jurídico.

Diálogo institucional

Durante seu discurso, o presidente do STF alertou para a importância do diálogo institucional entre os poderes. Segundo Edson Fachin, atualmente “o desafio é reconhecer o protagonismo do sistema político nas funções que são dele”.

“[É] saber induzir pelo exemplo e pela decisão a melhoria das instituições, saber ser forte o suficiente para não precisar fazer tudo. Talvez seja mais difícil do que os desafios anteriores porque exige não a coragem de agir, mas a sabedoria de calibrar a ação, a paciência institucional da construção. Essa tarefa não é nem pode ser obra solitária, a colaboração institucional engrandece a construção colegiada. Unidade não é unanimidade. O que nos une não é a concordância em todas as questões”.